

Passividade da classe ou silenciamento da memória? a trajetória do PCB durante a ditadura no sul fluminense

Alejandra Estevez

É importante, em primeiro lugar, começar dizendo que esta pesquisa é o desdobramento das investigações levadas a cabo pela Comissão da Verdade de Volta Redonda e do projeto de pesquisa da UFF sobre as violações ocorridas no 1º BIB que subsidiaram o trabalho da CEV-Rio. As comissões da verdade, de uma maneira geral, ativaram uma rede de antigos militantes e de investigadores interessados em rever o passado autoritário, o que vem obrigando, de certa maneira, a revermos alguns consensos historiográficos e cronologias históricas.

A região sul fluminense, e em especial a cidade de Volta Redonda, é marcada pela presença da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e, portanto, do contingente significativo de trabalhadores e suas famílias que participaram do processo de ocupação e desenvolvimento da cidade. A alta concentração de metalúrgicos na região proporcionou a emergência de um movimento sindical bastante atuante, com alto poder de mobilização e pressão frente ao Estado. A experiência de maior destaque, que despertou forte interesse dos setores acadêmicos, diz respeito ao Novo Sindicalismo. Com o processo de redemocratização política a partir de fins dos anos 1970, o movimento sindical ganha espaço na arena pública novamente e lidera importantes greves ao longo dos anos 1980. A Greve de 1988 é a que ganhou mais destaque, não apenas por ter sido uma greve vitoriosa (no sentido de que tem suas principais reivindicações atendidas), mas também por sua duração (17 dias) e sobretudo pelo seu desenrolar trágico, que culmina na morte de três operários (William, Valmir e Barroso) pela ação do Exército no interior da usina.

Esta greve se conecta com as experiências em curso na região do ABC paulista, região de alta concentração operária e reduto do movimento metalúrgico. Vale destacar ainda que esta greve, tal qual ocorre no ABC paulista, parece inaugurar repertórios de ação inéditos até então, num movimento que extrapola as fábricas e envolve a população que habita a cidade, sobretudo as famílias dos trabalhadores (EDER SADER). Este contexto de forte efervescência política, no entanto, encontra raízes anteriores, como na experiência de mobilização popular dos setores progressistas da Igreja católica (através da ação do bispo Dom Waldyr e de movimentos católicos como a JOC, a Pastoral Operária e as CEBs) e, ainda antes, na organização sindical do pré-1964, marcada pela ação dos comunistas e trabalhistas.

A memória construída em torno desse momento histórico é permeada por idealizações, que reforçam certa dose de heroísmo e ineditismo (daí o próprio nome NOVO Sindicalismo), pautada sobretudo na experiência das greves, que servem como métrica para se avaliar o grau de combatividade da classe trabalhadora e das categorias, antes e depois da ditadura. Esta memória acaba por dicotomizar a trajetória do movimento sindical, ao se anunciar como um novo tipo de sindicalismo – combativo e autônomo – em contraposição às experiências sindicais anteriores, tidas como reformistas (pré-1964) ou de passividade da classe (durante a ditadura). Dessa forma, na memória destes atores, os anos 1980 são anos caracterizados como de “força”, “vitoriosos” e “gloriosos”, criando uma representação do espaço em uma chave positiva e ascendente. Olhados em seu conjunto, portanto, os anos 1980 foram experimentados em Volta Redonda como de retomada das lutas sociais. Com o apoio da Igreja católica, os movimentos sindical e social produziram uma forte articulação. Ela deu uma base sólida de apoio para que as mobilizações no espaço fabril e no espaço urbano formassem uma só e única trama. Isto produziu um impacto político, chegando a ter reverberações nas eleições aos parlamentos local e nacional, mas, sobretudo, ao executivo local. Foram vividos e são lembrados nas memórias como anos gloriosos, que pareciam inquebrantáveis.

Mais recentemente, contudo, após os trabalhos desencadeados pelas comissões da verdade, novos olhares estão sendo lançados para o período entre 1964 e 1978, ou seja, o contexto anterior à emergência do movimento do Novo Sindicalismo. As investigações recentes indicaram que o primeiro grupo a sofrer as consequências diretas da perseguição política foram os trabalhadores da CSN e os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos da região. Ainda no mês de abril de 1964 foi instalado um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar os responsáveis pela mobilização grevista ocorrida no dia 1º de abril de 1964, com o intuito de resistir às forças golpistas e demonstrar o apoio dos operários ao governo de João Goulart¹. A articulação entre militares e a direção da CSN ficou clara desde o início, provocando sistematicamente a demissão de trabalhadores, que passavam a enfrentar dificuldades para encontrar emprego na região. Além do IPM contra os sindicalistas da CSN a que nos referimos acima, no mês de maio do mesmo ano seria aberto novo inquérito, desta vez para apurar os crimes contra a segurança nacional. O IPM da Subversão, como foi chamado, voltou-se prioritariamente para as atividades praticadas por membros do PCB da região, mas também envolveu a investigação de atividades de sindicalistas, parlamentares e do grupo dos onze que havia se formado em Volta Redonda.

1 Para mais informações sobre a mobilização grevista no dia do golpe na CSN, ver CMV-VR. Relatório Final (2013-2015). Volta Redonda, set. 2015 e UFF-VR. Relatório Parcial in CEV-Rio. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

Os acusados de subversão eram sindicalistas, comunistas e trabalhistas que desenvolviam atividades no partido, no sindicato, na mobilização grevista organizada no dia do golpe de Estado, entre outras. O caráter de classe da ditadura ficava claro desde o início.

Os militares da região, através da ação do I BIB, se dedicarão nos primeiros anos do regime militar a indiciar e/ou prender as principais lideranças sindicais, perseguir e ameaçar trabalhadores com demissões ou outros constrangimentos, desarticular o movimento operário hegemônico até aquele momento. O golpe de 1964 teve como objetivo central a desestruturação da organização sindical construída ao longo dos anos 1950 e 1960. Diante das medidas autoritárias e restritivas voltadas ao meio sindical, a classe trabalhadora se viu obrigada a criar novas estratégias organizativas para resistir às restrições de direitos impostas pelo novo regime e ao arrocho salarial que já começava a pauperizar a classe trabalhadora.

A partir de 1966, com a chegada do bispo Dom Waldyr à região, os católicos progressistas se tornaram o novo alvo das perseguições políticas. Isso porque a Igreja passava a se dedicar a um trabalho pastoral junto às comunidades mais pobres e se posicionava de forma crítica ao regime militar. Padres e militantes católicos foram intimados, obrigados a prestarem depoimentos, presos e torturados, sob a ação do I BIB. Após o AI-5, de dezembro de 1968, a tortura foi institucionalizada no batalhão, atingindo trabalhadores, militantes católicos, militantes de organizações revolucionárias e, até mesmo, militares de baixa patente. Assim, o 1º BIB se tornou um centro militar de tortura para opositores do regime, como um dos braços do sistema DOI-CODI que funcionava no Rio de Janeiro.

Quando o aparato repressivo chegou ao 1º BIB, com seus métodos eficientes de tortura, foi novamente um trabalhador o primeiro a sofrer suas consequências. O operário Genival Luiz da Silva, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos eleito em 1963 e cujo mandato foi cassado quando do golpe de 1964, reconquistou a diretoria apenas em 1968, para ser mais uma vez afastado da entidade pela intervenção do Ministério do Trabalho, desta vez por determinação do AI-5. Em seguida, foi demitido da CSN, ao lado dos outros dois membros da diretoria, e preso (durante 89 dias). Seria na segunda prisão, contudo, em abril de 1969, que Genival foi submetido a sucessivas torturas, as quais relatou em depoimento prestado à CMV-VR². Dom Waldyr seria o primeiro a denunciar as graves violações cometidas pelo batalhão, dando origem ao IPM das Torturas.

2 Depoimento de Genival Luís da Silva à CMV-VR, de 09/02/2014. Disponível no Centro de Memória do Sul Fluminense.

Outro exemplo interessante, que demonstra a articulação entre os setores progressistas católicos e as organizações revolucionárias, diz respeito às condições de prisão do padre Natanael de Moraes Campos, assistente religioso da Juventude Operária Católica (JOC) e dos jocistas João Cândido de Oliveira e Hélio Medeiros de Oliveira, acusados de ligações com a Ação Libertadora Nacional (ALN), em 1970. Segundo ofício do Ministério do Exército, a documentação apreendida comprovaria a “intensa atividade da célula da JOC em Barra Mansa e Volta Redonda, de caráter terrorista, com ramificações em São Paulo e Guanabara, sob a orientação dos padres Arnaldo Alberto Werlang (Arnaldão) e Natanael de Moraes Campos”.

De acordo com os testemunhos, foi criada uma célula clandestina da Fração Operária, em 1970, vinculada ao Partido Operário Comunista (POC) e liderada por Estrella Bohadana (codinome Lúcia). Além dos militantes da JOC e do POC, registrou-se também a participação de Sérgio Galvão, militante da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), que ajudava Estrella na mobilização do movimento estudantil, de Edir Inácio da Silva, ligado ao PCBR, e de Carlos Alberto, vinculado ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). O resultado foi a prisão de vinte militantes, a maioria deles jocistas.

Pouco mais tarde, na virada do ano de 1971 para 1972, 15 soldados foram barbaramente torturados, acusados de porte e tráfico de maconha no interior do batalhão. Quatro soldados vieram a falecer em decorrência das torturas sofridas.

Como vimos, depreende-se um contexto pleno de violações dos direitos humanos voltado contra a classe trabalhadora. Na cidade de Volta Redonda, observa-se a interpenetração entre movimento operário, movimento católico progressista e organizações revolucionárias durante todo esse período. Ao invés de pura desorganização e passividade por parte do movimento operário, o que se constata é uma dinâmica contestatária que se articula, por conta de sua importância, em torno da Igreja católica para denunciar as arbitrariedades do regime militar e lutar pelo seu fim.

Bom, para compreender a ação operária durante a ditadura, vale retroceder um pouco mais no tempo, para o contexto pré-Golpe. Tanto a literatura acadêmica, como a imprensa comunista (Voz Operária, Imprensa Popular) nos revelam a centralidade que os comunistas tiveram nas lutas operárias da região desde os anos 1940, quando da instalação da CSN em Volta Redonda. No que diz respeito à região sul fluminense, Bedê demonstrou como a direção nacional do PCB esteve atenta ao que se passava na região, investindo tanto na estruturação do partido nos municípios da região (VR, BM, BP e Pirai), bem como no meio sindical.

Maurício Grabois, presidente do Comitê Estadual do PCB do Rio, foi encarregado de assessorar e organizar os comitês municipais nas quatro cidades acima mencionadas. Nesse cenário, emergiram figuras como Feliciano Eugênio Neto, Alcides Sabença, José Hugo Milan e Rubem Wanderley, que chegaram a integrar o próprio Comitê Estadual do partido e, posteriormente, exerceram cargos parlamentares em seus municípios e no estado do Rio. A experiência de atuação na clandestinidade e de forte perseguição por parte do Estado não é novidade para estes trabalhadores comunistas, nem se inaugura somente com o Golpe de 1964, como veremos a seguir. Para isso, iluminaremos, brevemente, a trajetória de três lideranças comunistas da região, que ainda merecem ser melhor exploradas em pesquisas futuras.

O primeiro militante comunista de destaque na região foi Alcides Sabença, antes mesmo da instalação da usina siderúrgica na região. Sabença foi secretário geral do Sindicato da Construção Civil de Barra Mansa, em 1937, e um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Barra Mansa (RJ), em 1946. Quando de sua fundação, este último sindicato sofreu sua primeira intervenção governamental com o intuito de não permitir a presença dos comunistas entre sua direção. Em fins do Estado Novo (1937-45), Alcides Sabença foi eleito secretário-político do comitê distrital do PCB de Volta Redonda (RJ) e, após a deposição de Vargas, em outubro de 1945, elegeu-se deputado federal constituinte por seu estado, na legenda do PCB, com uma expressiva votação para o período – 6.403 votos. Deixou a Câmara em setembro de 1947, quatro meses após o cancelamento do registro do PCB. Devido ao golpe empresarial militar de 1964, Sabença foi perseguido, preso e juntamente com outros companheiros, entre eles os militantes ferroviários Joaquim Gonçalves Dias e João de Assis, foram levados como criminosos para a delegacia de Barra do Piraí e, de lá, para o 1º BIB, em Barra Mansa (FGV/CPDOC).

Além de Sabença, outro líder responsável pela organização da base metalúrgica em Barra Mansa foi Júlio Cajazeiras. Ele atuou na organização dos primeiros movimentos grevistas da região, em fins dos anos 1940 e princípio dos anos 1950: o primeiro ocorrido na Siderúrgica Saudade, o outro na fábrica da Nestlé. Ambos os movimentos denunciavam as péssimas condições de trabalho, os baixos salários e a repressão sobre os metalúrgicos. Nas duas greves, Cajazeiras foi preso. Em sua última prisão, o líder comunista foi capturado por uma patrulha do Exército, comandada pelo Tenente Hélio Régua Barcellos, em 6 de janeiro de 1952, e assassinado pelas forças militares do recém instalado 1º BIB. A imprensa comunista (*Jornal Imprensa Popular e Voz Operária*), de 8 de janeiro de 1952, traz a denúncia do assassinato de Cajazeiras. Dentre os motivos de seu assassinato, destaca-se o ódio que a sua atuação no movimento operário despertava nas elites locais, nos órgãos de repressão e nas direções de

empresas como a CSN. Outro aspecto das denúncias são as vinculações desse episódio de seu assassinato com outros que ocorreram no mesmo período - Wiliam Dias Gomes, em Nova Lima (MG), Euclides Pinto, Angelina Gonçalves, Honório Couto, no Rio Grande (RS), Pedro Godoy, Afonso Marma, Miguel Rossi, em Tupã (SP) – e a responsabilização de setores ligados ao integralismo nas Forças Armadas e do governo de Getúlio Vargas.

O Comitê Municipal do PCB em Barra Mansa, com o tempo, ampliou o número de membros, tornando-se bastante influente nessa cidade, através da presença marcante também entre os rodoviários.

Ainda antes do Golpe de 1964, outra figura de destaque no meio operário teria destino similar ao de Cajazeiras. Trata-se do líder operário da construção civil, Rubem Machado, assassinado em 1960. Rubem Machado, destacado membro do PCB em Volta Redonda, foi fundador em 24 de março de 1946 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Barra Mansa. Rubem foi funcionário da fábrica de cimento Tupi e, ao lado de Joaquim Lourenço de Almeida, foram importantes líderes do setor da Construção Civil (BEDÊ, 2010).

Além da atuação juntos aos trabalhadores da construção civil, Rubem Machado teve participação destacada em outros movimentos sociais na cidade. Durante a administração do prefeito Cesar Lemos (1959-1960), ocorreram problemas financeiros em sua gestão e atrasos de 9 meses dos salários dos funcionários. Essas situações provocaram uma greve do funcionalismo, na qual Rubens Machado teve papel decisivo, resultando na cassação do mandato do prefeito Cesar Lemos, pela Câmara Municipal de Volta Redonda, em março de 1960. O assassinato de Rubem Machado por um matador de aluguel segurança do prefeito Cesar Lemos, José Sebastião Vicente, provocou uma forte comoção social e revolta na cidade. O cortejo fúnebre de seu corpo foi acompanhado de uma grande multidão, fato esse nunca ocorrido na cidade até então. Quando da prisão de José Sebastião Vicente, ocorreram tentativas de invasão da delegacia da cidade por populares revoltados querendo vingar a morte de Rubem. O julgamento do assassino de Rubem Machado atraiu a atenção da população, entrando madrugada adentro. Finalmente, o autor do assassinato foi condenado a 18 anos e 6 meses de prisão (CMV-VR, 2015).

As trajetórias dessas três lideranças, antes mesmo da ditadura civil-militar brasileira, com claros reflexos no contexto posterior, nos permite, em primeiro lugar, identificar as origens de parte da militância que será fortemente perseguida após o Golpe. Em segundo lugar, podemos reconhecer a continuidade de determinados repertórios de ação (TILLY, 1978) no

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

meio operário, bem como novas categorias operárias bastante atuantes, para além das experiências metalúrgicas da região, que não costumam aparecer nas reconstruções históricas sobre o período. Nesse sentido, depreende-se que a experiência de atuação sob a clandestinidade, assim como a forte repressão sobre suas lideranças, muitas vezes culminando na própria morte por parte de agentes do Estado ou a serviço dos empresários, foi a tônica desde seus primórdios. Isso, no entanto, nunca impediu nem paralisou o movimento operário em nenhum de seus momentos históricos.